

Projeto de Resolução n.º 755/XV/1.^a

Recomenda ao Governo que proteja a fauna e flora da área onde se pretende implementar o projecto de central solar fotovoltaica de Estoi

Atualmente, o Sotavento Algarvio vê-se ameaçado com a possível construção de uma central fotovoltaica. A obra, atribuída à Ibedrola Renewables Portugal, perspectiva a desflorestação de 154 hectares de floresta e substituí-la por 175.800 painéis fotovoltaicos.

As zonas afetadas serão terrenos classificados como Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional entre as terras de Cerro de Leiria, Pereiro, Peral e Barrocais. O desmatamento destas áreas levará a uma perda incalculável de fauna e flora, bem como à deterioração da qualidade do solo e a alterações geológicas permanentes.

Evidentemente, os riscos supramencionados preocupam-nos. A política ambiental e a aposta nas energias renováveis não podem ser ancoradas em más práticas ambientais e na destruição da biodiversidade. Não podemos destruir habitats naturais sob a justificação da transição energética, numa política de “greenwashing”. Por isso, acreditamos que projetos como o da Central Fotovoltaica de Estoi têm de ser recebidos com cautela e merecem um olhar muito crítico por parte dos decisores.

Para a concretização da Central Fotovoltaica de Estoi será, como referido, necessário a desflorestação de áreas com uma biodiversidade inigualável em Portugal. Para percebermos o tamanho desta perda, não será preciso mais que consultar o Resumo Não-Técnico do Estudo de Impacte Ambiental (RNT do EIA), no âmbito do procedimento de AIA a que esta empreitada foi sujeita e que, atualmente, se encontra em fase de consulta pública.

O desmatamento da área em questão levará à exclusão de várias espécies e algumas delas com valor elevado de conservação. Falamos do coelho-bravo, da perdiz-vermelha, da osga-turca e da águia de Bonelli. Todas estas espécies vivem em harmonia no local onde está prevista a referida central.

Segundo o RNT do EIA, este ecossistema será prejudicado não só devido ao desmatamento, mas também devido às operações de maquinaria para concretização da obra. Citando o mencionado documento:

“ A desmatção, assim como a operação de maquinaria e movimentação de veículos e operários, conduzirá à perturbação, incluindo ruído e vibrações, resultando num efeito de exclusão da fauna, sobretudo de aves e mamíferos, diminuindo a diversidade faunística.”

Estes efeitos são manifestamente nefastos e não podemos ficar tranquilizados com medidas de compensação propostas, como sejam a relocação das espécies ou a reflorestação da área intervencionada. É impossível recuperar milagrosamente a biodiversidade perdida com a reflorestação forçada após a destruição, quando estas espécies demoraram décadas, talvez até séculos, até se estabelecerem nas zonas em questão.

Para além disto, há também um risco elevadíssimo de colisão com linhas elétricas. Da avifauna ameaçada presente na área de construção da Central Fotovoltaica de Estoi, foram destacadas com risco de colisão “elevado” espécies como o pato-de-bico-vermelho, o zarro, a frisada, o pato-coelho, o maçarico-das-rochas, a perna-vermelha e o bufo-real.

Face a esta realidade, o EIA reconhece que este impacto é “negativo, permanente, local, provável, de longo prazo, direto, irreversível, de magnitude moderada (dada a extensão da linha) e significativo (para espécies ameaçadas)”.

Para além da ameaça à fauna, também está em causa a qualidade do solo. Novamente, o EIA traça a realidade, assumindo que a presença de poluentes poderá afetar as plantas presentes, aumentar o risco de erosão e reduzir a fertilidade da área. Estes efeitos são extensíveis à qualidade das águas, o que poderá resultar em efeitos no crescimento excessivo de algumas espécies, na morte de espécies e na alteração do pH da água. Mais, devido à presença de maquinaria, haverá aumento do risco de incêndio nestas zonas.

Não é a primeira vez que as zonas envolventes às localidades acima descritas são alvo de possíveis intervenções. No ano 2000 procurou-se construir uma pedreira a sul de Cerro de Leiria. Na altura, a população rapidamente mobilizou-se e travou esta pedreira. Em 2010, uma nova pedreira começou a funcionar nesta área, algo que também foi alvo de críticas por parte da população que desafiou a atuação da mesma. Ambas as ações foram promovidas pela associação PROBAAL – Pró Barrocal Algarvio, que voltou à atividade em 2021 quando descobriu os planos de construção de uma central fotovoltaica nesta zona REN que tinha sido já, previamente, ameaçada.

É nosso entender que, pelo anteriormente exposto, esta obra não assegura condições de proteção ambiental para que possa vir a obter um qualquer parecer de favorabilidade e, por



consequente, vir a ser executada, devendo ser privilegiada a conservação do património natural em presença.

Nestes termos, a abaixo assinada Deputada Única do PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que, em articulação com o ICNF, I.P., e com os municípios de Faro e de Tavira, avalie a possibilidade de atribuição de um estatuto de proteção à área onde se pretende implementar o projeto de central solar fotovoltaica de Estoi e que tome medidas de proteção e conservação da fauna e flora na zona em causa.

Assembleia da República, Palácio de São Bento, 5 de junho de 2023

A Deputada,

Inês de Sousa Real